



**Processo Judicial Eletrônico - 1º Grau**  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**

Detalhe do Processo
<b>Número do Processo: 0717279-35.2023.8.07.0016</b> <b>Classe Judicial: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)</b> <b>Órgão Julgador: 2º Juizado Especial da Fazenda Pública do DF</b> <b>Órgão Julgador Colegiado:</b> <b>Data de distribuição: 29 de Março de 2023</b> <b>Assunto:</b> <b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) - Liquidação / Cumprimento / Execução (9148) - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação (9178)</b>

**Informações do processo**

Polo Ativo	
Nome Parte	Tipo Parte
ADRIANO SOARES BRANQUINHO	ADVOGADO
LUCIANO RODRIGUES FONSECA	REQUERENTE

Polo Passivo	
Nome Parte	Tipo Parte
DISTRITO FEDERAL	REQUERIDO
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - IPREV	REQUERIDO

Movimentação do Processo	
Data de atualização	Movimento
30/06/2023 14:07:26	Conclusos para julgamento para Juiz(a) MANUEL EDUARDO PEDROSO BARROS
28/06/2023 10:08:44	Remetidos os Autos (outros motivos) para Núcleo Permanente de Gestão de Metas de 1º Grau
28/06/2023 09:59:54	Recebidos os autos
23/06/2023 19:09:45	Conclusos para julgamento para Juiz(a) JERRY ADRIANE TEIXEIRA
23/06/2023 17:41:56	Juntada de Petição de réplica

Data de atualização	Movimento
02/06/2023 00:20:36	Publicado Despacho em 02/06/2023.
01/06/2023 00:37:24	Disponibilizado no DJ Eletrônico em 01/06/2023
30/05/2023 12:55:38	Recebidos os autos
30/05/2023 12:55:38	Proferido despacho de mero expediente
26/05/2023 09:14:56	Juntada de Petição de petição
25/05/2023 02:54:42	Decorrido prazo de INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - IPREV em 24/05/2023 23:59.
25/05/2023 02:54:42	Decorrido prazo de DISTRITO FEDERAL em 24/05/2023 23:59.
24/05/2023 16:37:28	Conclusos para decisão para Juiz(a) JERRY ADRIANE TEIXEIRA
23/05/2023 17:25:20	Juntada de Petição de contestação
03/05/2023 01:12:18	Decorrido prazo de LUCIANO RODRIGUES FONSECA em 02/05/2023 23:59.
24/04/2023 00:15:56	Publicado Certidão em 24/04/2023.
20/04/2023 00:34:39	Disponibilizado no DJ Eletrônico em 20/04/2023
18/04/2023 18:20:33	Juntada de certidão
11/04/2023 00:41:41	Publicado Decisão em 11/04/2023.
10/04/2023 00:36:42	Disponibilizado no DJ Eletrônico em 10/04/2023
07/04/2023 01:18:22	Decorrido prazo de INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL - IPREV em 06/04/2023 11:46.
06/04/2023 03:21:44	Decorrido prazo de DISTRITO FEDERAL em 05/04/2023 15:12.
05/04/2023 12:07:15	Mandado devolvido entregue ao destinatário
04/04/2023 15:17:37	Mandado devolvido entregue ao destinatário
04/04/2023 00:45:58	Publicado Decisão em 04/04/2023.
04/04/2023 00:45:58	Disponibilizado no DJ Eletrônico em 03/04/2023
03/04/2023 18:33:22	Recebidos os autos
03/04/2023 18:33:21	Concedida a Antecipação de tutela
03/04/2023 13:41:09	Conclusos para decisão para Juiz(a) JERRY ADRIANE TEIXEIRA
03/04/2023 11:13:27	Juntada de Petição de embargos de declaração
31/03/2023 12:44:39	Expedição de Outros documentos.

Data de atualização	Movimento
31/03/2023 08:28:06	Recebidos os autos
31/03/2023 08:28:05	Não Concedida a Antecipação de tutela
29/03/2023 14:48:35	Distribuído por sorteio

**Visualizado/Impresso em:12/07/2023 17:21:24**

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**2JEFAZPUB**  
2º Juizado Especial da Fazenda Pública do DF

Número do processo: **0717279-35.2023.8.07.0016**

Classe judicial: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (14695)

REQUERENTE: LUCIANO RODRIGUES FONSECA

REQUERIDO: DISTRITO FEDERAL, INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO  
DISTRITO FEDERAL - IPREV

## DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração, em que o autor afirma que há erros em relação à natureza dos valores cobrados e que a condenação é proveniente do acórdão 217/2014 do TCDF e não do acórdão 690/2023, que apenas reconheceu que o Distrito Federal não efetuou a cobrança, judicialmente ou administrativamente, requerendo o deferimento da tutela de urgência.

É o relato do que interessa.

## DECIDO.

A Lei nº 12.153/2009, que trata da criação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, em seu artigo 3º, dispõe que o deferimento de medidas antecipatórias, como a que ora é vindicada, poderá ser deferida no contexto de evitar dano de difícil ou de incerta reparação.

Por seu turno, prescreve o artigo 300 do CPC que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Portanto, presentes estes requisitos, o pedido deverá ser deferido, ante a necessidade de proteção de bens e/ou direitos de modo a se garantir a produção de efeitos concretos do provimento jurisdicional.

Mister ressaltar, ainda, que a tutela provisória antecipada foi instituída para abreviar o momento do recebimento do direito pelo seu titular, que o recebe antes da decisão de mérito ou sentença, ou seja, antes dos percalços que todo processo está sujeito a passar durante sua tramitação, isto é, trata-se da antecipação do próprio mérito do pedido principal ou de um dos seus efeitos.



Número do documento: 23040318332148300000142369549  
<https://pje.tjdft.jus.br/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=23040318332148300000142369549>  
Assinado eletronicamente por: JERRY ADRIANE TEIXEIRA - 03/04/2023 18:33:21

No caso em tela, reanalizando o pedido, ante o risco concreto de dano de difícil reparação, por se tratar de desconto em folha que ocorrerá no próximo dia 4 de abril (amanhã), vejo que há fundada dúvida sobre a alegação de prescrição, pois, em princípio, de fato, o crédito cobrado pela Fazenda é oriundo do acórdão 217/2014, ID 154022380/81. O acórdão 690/2023 – ID 154022382/83 – traz em seu relatório que os autos ali versavam sobre Auditoria de Regularidade realizada na SEAGRI/DF, com o fulcro de apurar a execução do Termo de Permissão de Uso do Parque de Exposições da Granja do Torto pela Associação dos Criadores do Planalto.

Para ser mais preciso, no histórico desse relatório, em seu item 8, consta que, em “*considerações adicionais*”, oriundas de informações que foram prestadas, houve o registro de “*ausência de comprovantes de ressarcimento do débito imputado e da multa aplicada ao senhor Luciano Rodrigues Fonseca (...)*”.

Nessa análise perfunctória, parece que, de fato, a cobrança não teve origem no acórdão 690/2023, que apenas teria determinado que se cobrasse o que se decidiu no acórdão 217/2014, conforme também consta dos itens 9 e 10 do mencionado histórico.

**Assim, entendo que estão presentes os requisitos motivadores do deferimento do pedido de antecipação do provimento final**, pois se faz presente a probabilidade do direito do autor, bem como é evidente o risco de dano irreparável, conforme já demonstrado.

Vale lembrar que não haverá prejuízo ao erário com a presente decisão, pois, oportunamente, quando do julgamento do mérito, acaso não seja reconhecido o direito do autor, poderá a Fazenda efetuar a cobrança e se ver ressarcida.

Ante o exposto, reconsidero a decisão de ID 154239909 **para deferir a tutela de urgência para que os réus se abstenham de descontar na folha de pagamento do autor os valores ali lançados**, oriundos dos créditos constituídos no acórdão 217/2014 do TCDF, até o julgamento de mérito da presente demanda, e que, se o caso, devolvam os valores que, eventualmente, tiverem sido descontados.

Intime-se, **com urgência**, os réus, ante a iminência dos descontos.

**Dou à presente decisão força de mandado/ofício.**

No mais, cumpra-se a parte final da decisão de ID 154239909. I.

Brasília/DF, *data e horário conforme assinatura eletrônica*.

**JERRY ADRIANE TEIXEIRA**

Juiz de Direito



Número do documento: 23040318332148300000142369549  
<https://pje.tjdft.jus.br/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=23040318332148300000142369549>  
Assinado eletronicamente por: JERRY ADRIANE TEIXEIRA - 03/04/2023 18:33:21



Número do documento: 23040318332148300000142369549  
<https://pje.tjdft.jus.br/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=23040318332148300000142369549>  
Assinado eletronicamente por: JERRY ADRIANE TEIXEIRA - 03/04/2023 18:33:21